GRUPO PARLAMENTAR
DO PARTIDO SOCIALISTA - AÇORES

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Ao dirigir-me desta tribuna a Vossas Excelências no começo desta Legislatura, saúdo-vos como representantes do Povo Açoriano no desempenho da nobre e honrosa função de titulares dos Órgãos de Governo Próprio da Região Autónoma dos Açores. Manifesto a todos os meus votos de felicidade no exercício das vossas funções, formulando o desejo que à liberdade que tanto amamos saibamos conferir a nossa responsabilidade e que na diversidade, que aplaudimos, contemos com a colaboração empenhada de todos para concretizar o melhor futuro, o futuro que certamente todos ambicionamos para os Açores.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Foi exactamente a esperança num futuro melhor o desígnio que conduziu o Partido Socialista ao Governo dos Açores há doze anos atrás.

Durante estes doze anos soubemos dar resposta a esta ambição dos Açorianos e isso mesmo eles o confirmaram uma, outra e outra vez, elegendo-nos sempre para com eles trabalhar na concretização do seu futuro.

Certamente, que nuns casos nem todos fizemos bem, e noutros, nem sequer o fizemos. Contudo abrimo-nos à sociedade e fizemo-la participar na construção do seu futuro como nunca dantes tal sucedera.

Conferimos à sociedade a confiança que a fez empreender mais numa década, que em toda a história autonómica dos Açores.

Com participação, com liderança, com estabilidade nos objectivos e nos compromissos deixamos para trás a Região que encontrámos triste e empobrecida. A mais pobre do País.

Fizemo-lo com responsabilidade financeira, com crescimento económico sustentado, construindo uma sociedade mais justa e mais solidária, factores que conferiram à Sociedade Açoriana os níveis de estabilidade, de motivação e confiança capazes de tornar os Açores na única Região de Portugal que evoluiu positivamente em relação à Europa nos últimos 10 anos.

A nossa maior responsabilidade é conferir dinâmica a esta matriz de desenvolvimento no quadro de uma nova ambição para os Açores, que o Programa do X Governo consubstancia. Manter elevados índices de participação, entusiasmo e confiança é a chave para continuarmos a ganhar o Futuro dos Açores.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Também na agricultura o modelo estratégico escolhido chamou à participação os agricultores e as suas organizações, bem como, todos os agentes das diversas fileiras, conferindo-lhes condições para voltarem a ser os principais actores do desenvolvimento sustentado do sector.

Quem estava na agricultura no início da década de noventa sabe muito bem pelo que todos passamos nessa altura, -produtores, cooperativas, associações, com falta de pagamento do leite, com os matadouros ou as fábricas em completo estado de degradação, falidas, sem condições nenhumas nas nossas explorações – nem uma só exploração tinha água canalizada – sem caminhos, sem sequer esperança num futuro melhor, porque a economia, que nesse tempo, era o mesmo que dizer, o Governo, também já não tinha condições de dar nenhum alento nessa direcção.

Era assim que estava a agricultura quase duas décadas depois de governados por aqueles que hoje com a maior ligeireza perguntam pelos milhões investidos ofendendo todos os que com muito trabalho e enormes dificuldades foram realizando o esforço de investimento necessário a modernização das suas explorações, das suas cooperativas ou das suas industrias, dando ao sector a relevância que hoje já ocupa no seu percurso de desenvolvimento a nível nacional.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Já conseguimos um grande crescimento das produções, um forte robustecimento das explorações, evoluímos na estrutura fundiária, na melhoria dos indicadores de modernidade das explorações e possuímos um parque agro-industrial modernizado. Avançamos na formação e na intercooperação com instituições científicas e organizações de produtores no apoio aos agricultores e às suas produções. Fizemos excelentes progressos na sanidade animal e na qualidade genética dos nossos animais, e somos hoje já uma Região exportadora de genética.

Temos razões para nos orgulharmos do percurso que com os agricultores já fizemos. Mas temos mais ambição. Temos de nos virar agora com a nova ambição para o muito que nos falta fazer no caminho para a competitividade desejada.

Temos que chegar a novos patamares de desenvolvimento na nossa agricultura. A inovação, a tecnologia, a ciência e o conhecimento, constituem o núcleo de acentuação do investimento qualificador a realizar nos nossos produtos, acrescentando-lhes valor; na prestação de apoio e na melhoria da gestão das empresas agrícolas conferindo lhes produtividade; na projecção do marketing e na internacionalização das empresas.

A par deste investimento na qualificação continuaremos em simultâneo a vencer o desafio do redimensionamento da estrutura

fundiária, bem como a debelar os passivos históricos acumulados que ainda restam nas infra-estruturas.

Outros desafios na área de utilização das energias alternativas ou da produção de bio-combustíveis devem também ser fomentados tendo como objectivos não só a melhoria da sustentabilidade ambiental, como ainda a obtenção de rentabilidades complementares para as empresas agrícolas e agro-industriais.

São também da máxima relevância a dinamização da multifuncionalidade da agricultura, da criação de micro empresas em espaço rural ou do desenvolvimento de actividades turísticas e serviços básicos locais como forma privilegiada de consolidação do tecido económico e social no mundo rural.

Como suporte a esta forte aposta que o Governo faz na agricultura contamos com os instrumentos de investimento definidos circunstanciadamente no Pró Rural, programa que comporta uma capacidade de investimento público e privado na ordem dos 378 milhões de euros.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Membros do Governo

O Governo na última legislatura, para alem de ter realizado as prioridades de reforço dos indicadores de reestruturação e crescimento, e de aumento dos volumes de apoio ao investimento, realizou também igualmente a importante prioridade de aumento dos apoios ao rendimento dos agricultores. Foram conseguidas ajudas novas à inovação e à qualidade das produções pecuárias, ao abate de ovinos e caprinos, à produção de hortofrutícolas, flores de corte e plantas ornamentais e à capacidade e acesso aos mercados. Foram igualmente aumentados os apoios num vasto conjunto de actividades onde destacamos o prémio às vacas aleitantes com um aumento de quatro milhões e seiscentos e setenta e seis mil euros. Todos estes apoios num reforço de mais de 20 milhões de euros começaram a ser pagos em este ano.

Tem portanto o Governo centrado as suas actuações em objectivas e concretizadas preocupações com o rendimento dos seus agricultores.

É por isso que nos preocupa e ao Governo também, os comportamentos daqueles que tendo interesses sediados fora dos Açores prosseguem estratégias condenáveis de repartição desequilibrada no valor que geram nas fileiras Regionais. O Governo tem manifestado sempre que tal tem acontecido.

É claro que nos preocupa e ao Governo também, que alguns deles tendo possibilidade de o fazer, sempre tenham deixado afastados das nossas fileiras os seus produtos mais valorizados. É exactamente por isso que os apoios ao investimento deixam de o ser para quem não prosseguir estratégias inovadoras geradoras de diferenciação e de valor. E assim é porque é claro que a ausência dessas estratégias restringe fortemente os rendimentos das fileiras.

Não tem por isso nenhuma razão aqueles que ignoram maldosamente a actuação do Governo em matéria da defesa do rendimento dos produtores.

Sendo legitimo acusar as industrias de não terem no período de forte alta dos preços do leite, mas também dos factores de produção e dos juros, feito os aumentos que poderiam ter realizado. Sendo também legitimo constatar a pouca solidariedade manifestada por aqueles que se apressaram a baixar o preço quando anteriormente tinham sido morosos na sua subida, não se pode também deixar de perceber a nova realidade de reajustamentos que se está a verificar em todo o mundo, depois dos valores anormais atingidos em 2007 e registados ate Julho de 2008. De acordo com este reajustamento, também as rações estão a corrigir em baixa, o mesmo já tendo nos Açores acontecido com o gasóleo agrícola. Tendo os adubos sido os últimos a subir, já começou a descida na origem do azoto, pelo que é de esperar que os fertilizantes em breve entrarão também em correcção. Os juros já corrigiram igualmente no sentido na descida como se sabe.

Nesta transição para um novo reajustamento de valores em baixo na cadeia produtiva, baixam receitas e baixam também custos,

embora resultem por vezes nesta turbulência, custos penalizantes, a que o Governo tem estado atento. Tem como se sabe pressionado os industriais na contenção das descidas, mantendo para alem do apoio constante no Poseima, um apoio suplementar na importação do cereais com destino à alimentação animal. Mantém igualmente o gasóleo agrícola a níveis muito inferiores aos valores do passado de forma a aumentar o rendimento disponível dos agricultores. O Governo demonstra assim manter-se atentamente a acompanhar o sector, sempre pronto para apresentar as soluções que se revelarem necessárias, em defesa da segurança e da consistência do sector agrícola e dos agricultores.

Acompanhar os equilíbrios resultantes da intervenção dos actores e da formação dos valores da cadeia produtiva, prosseguir as politicas para conferir melhor valorização aos produtos e maior rentabilidade às explorações é o caminho que temos de continuar a percorrer para assegurar a competitividade das fileiras e esse é também o caminho para dar resposta à liberalização que na Europa no âmbito da Pac e no Mundo no âmbito da OMC as actividades económicas e as trocas comerciais estão a evoluir, como todos bem sabemos.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Em resultado do processo de avaliação da “Saúde da Pac” e face à tendência liberalizadora hegemónica na Europa manifestada contra a sua manutenção mantém-se a trajectória da sua abolição para 2015. Ficaram decididos dois relatórios de avaliação do mercado em 2010 e 2012 dos quais nos parece que só numa situação de forte deterioração das condições de mercado, (o que obviamente não é desejável) a decisão de abolição do sistema de quotas em 2015 será alterada.

Tínhamos já equacionado, todos aqui nos açores, incluindo a resolução desta Assembleia, um possível desfecho neste sentido, manifestando a necessidade de prever medidas de protecção e

compensação para preparar o sector para essa liberalização. E este resultado foi conseguido.

Com efeito o País passa a poder dispor do conjunto de verbas do seu plafond nacional que por não utilização, anteriormente eram devolvidas à comunidade e agora passam a estar disponíveis para reforçar financeiramente outras áreas de aplicação.
Também no quadro dos aumentos da modelação e das restrições ao limite máximo de ajudas, aumentarão as verbas disponíveis para o Desenvolvimento Rural.

Existem portanto em resultado da avaliação do estado de saúde da Pac mais verbas disponíveis no País às quais devemos também aceder segundo os critérios majorados do nosso peso especifico e de condição ultra periférica, para reforçar a nossa capacidade competitiva para 2015.
Acresce a tudo isto, a criação, como ontem foi anunciado pelo Senhor Presidente do Governo, de um Programa Específico para acentuar a preparação do sector leiteiro para viver num quadro sem limitações produtivas no espaço Europeu.

Também como resultado obtido em resultado desta avaliação da Pac, o premio aos produtos lácteos passará a integrar a partir de 2010 o POSEIMA, tornando-se num importante apoio de 3,5 cêntimentos e meio por litro de leite (sete escudos), num total de mais de 18 milhões de euros anuais, que continuaremos a usufruir num quadro de fim de subsídios à produção no âmbito da Politica Agrícola Comum. E esta podemos considerar uma decisão muito favorável e solicitada por nós.

Fomos igualmente contemplados com discriminação positiva na atribuição de 23 mil toneladas de quota de um total da 38 mil atribuídas a Portugal.

Outra decisão que desejávamos e que Portugal garantiu conjuntamente com outros dois E.M. foi a continuação do apoio aos produtores agrícola de pequena dimensão.

Por outro lado, mantém-se também o regime de intervenção para a manteiga e o leite em pó, embora com regras de concurso. É um

mecanismo fundamental à regulação do mercado, como neste momento de excedentes já se pode verificar inclusive com a antecipação da sua abertura regular de 1 de Março já para o próximo dia 1de Janeiro.

Mantemo-nos igualmente como desejávamos fora dos regimes de pagamento único e do regime de modelação.

Devemos todavia insistir na obtenção de apoios específicos no âmbito das Regiões Ultra Periféricas, que complementem as possibilidades já obtidas em resultado desta avaliação da Pac.

Em resumo não tendo tido a força suficiente para contrariar a onda hegemónica a favor do final das quotas leiteiras, obtivemos nesse quadro um conjunto de outras condições que pretendíamos assegurar mantendo a possibilidade de continuar a lutar por apoios comunitários discricionários no âmbito das RUP, que complementem o quadro já obtido em resultado do "Health Check" da Pac.

Esta forma séria e frontal de lidar com as dificuldades, nalguns casos ficando aquém dos resultados mais desejáveis, mas persistindo com a determinação de os conseguir é a nossa forma de agir. E os agricultores dos Açores apreciam-na e reconhecem-na.

Foi assim que conseguimos a devolução das multas, foi assim que já tínhamos conseguido anteriormente livrarmo-nos delas, foi assim com os impostos sobre o rendimento dos agricultores, foi assim na quota que temos trazido para a Região, foi assim também nas negociações dos Programas Comunitários que beneficiam os nossos agricultores. Em todos estes casos, com muita luta e determinação conseguimos, mesmo que em muitas destas situações o ruído agoirento tenha sido a única contribuição que de alguns recebemos. E isso os agricultores não apreciaram.

É por isso que tem sido sempre connosco que os agricultores têm escolhido trabalhar desde que, em conjunto, começamos este grande projecto de retirar a agricultura açoriana do atoleiro que se encontrava em 1996.

Porque os agricultores sabem que com eles nos empenharemos trabalharemos sempre no trabalho pelas melhores soluções para as suas explorações e para as suas famílias na conquista de um futuro sempre melhor para todos.
Disse

Sala das Sessões, 11 de Dezembro de 2008
Deputado regional: Luís Paulo Alves